

**INQUÉRITO 4.243 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>AUTOR(A/S)(ES)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: A M O</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS E OUTRO(A/S)</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: D D A G</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: D R</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ALBERTO ZACHARIAS TORON</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: F F</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(A/S)</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: J E C</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PIERPAOLO CRUZ BOTTINI E OUTRO(A/S)</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: L I L D S</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CRISTIANO ZANIN MARTINS E OUTRO(A/S)</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: M N R D</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)</b>

**DECISÃO: 1.** O presente inquérito teve, de início, quatro (4) linhas investigativas: (a) nomeação do Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas para compor o Superior Tribunal de Justiça com a finalidade de embarçar a “Operação Lava Jato”, tendo como investigados Dilma Vana Roussef, José Eduardo Cardozo, Francisco Cândido de Melo Falcão e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas; (b) embaraço à colaboração premiada do Senador Delcídio do Amaral, tendo como investigados Dilma Vana Roussef e Aloízio Mercadante; (c) embaraço à investigação mediante a nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para a Chefia da Casa Civil da Presidência da República, tendo como investigados Dilma Vana Roussef e Luiz Inácio Lula da Silva; e (d) atos de embaraço promovidos por Luiz Inácio Lula da Silva a partir do Senado Federal.

2. Por decisão do saudoso Ministro Teori Zavascki, relator à época deste inquérito, foi desmembrada a investigação exclusivamente com relação ao fato descrito no item “d”, permanecendo nesta Suprema Corte as demais apurações.

**INQ 4243 / DF**

3. Às fls. 1165-1167, o Procurador-Geral da República requer o arquivamento do inquérito quanto “à nomeação de MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS, em meados de 2015, ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça” e informa que oferece denúncia em face de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Roussef e Aloízio Mercadante por três conjuntos de fato, quais sejam: (i) “oferecimento de apoio político, jurídico e financeiro, por parte de Aloízio Marcadante Oliva, ao ex-Senador DELCÍDIO DO AMARAL GÓMEZ, no final do ano 2015, a fim de evitar que ele celebrasse acordo de colaboração premiada na ‘Operação Lava Jato’; (ii) “troca de informações sigilosas sobre a ‘Operação Lava Jato’ entre DILMA VANA ROUSSEF e Mônica Cunha Lima Moura, por meio das contas de correio eletrônico clandestinas, entre 2015 e 2016; e (iii) nomeação de LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, em março de 2016, sendo ele na época investigado na ‘Operação Lava Jato’ para o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil, a fim de conferir-lhe imunidade formal estabelecida no art. 51, inciso I, e a prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal”.

4. Ao final, além do arquivamento parcial, requer o Procurador-Geral da República: (i) o reconhecimento da conexão processual entre os fatos da denúncia apresentada nos autos do Inquérito n. 4325, na qual se imputa a parte dos réus o crime de pertinência a organização criminosa, mantendo-se ambos os casos no Supremo Tribunal Federal”; (ii) o levantamento do sigilo dos autos; e (iii) juntada aos autos dos termos de depoimento e de colaboração, bem como dos respectivos elementos de corroboração, apresentados em separado”.

Brevemente relatado, passo a decidir.

5. Acolho o pedido de arquivamento deduzido pelo Procurador-Geral da República em face de Dilma Vana Roussef, José Eduardo Cardozo, Francisco Cândido de Melo Falcão e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, em relação à apuração dos fatos que envolvem a nomeação do Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas para compor o Superior Tribunal de Justiça com a finalidade de embaraçar a “Operação Lava Jato”.

INQ 4243 / DF

À exceção das hipóteses em que o Procurador-Geral da República formula pedido de arquivamento de inquérito sob o fundamento da atipicidade da conduta ou da extinção da punibilidade, é pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte considerando obrigatório o deferimento da pretensão, independentemente da análise das razões invocadas. Trata-se de decorrência da atribuição constitucional ao Procurador-Geral da República da titularidade exclusiva da *opinio delicti* a ser apresentada perante o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, cito trecho de ementa que bem resume a questão, a qual não leva grifos no original:

“(…)

4. Na hipótese de existência de pronunciamento do Chefe do Ministério Público Federal pelo arquivamento do inquérito, tem-se, em princípio, um juízo negativo acerca da necessidade de apuração da prática delitiva exercida pelo órgão que, de modo legítimo e exclusivo, detém a *opinio delicti* a partir da qual é possível, ou não, instrumentalizar a persecução criminal. 5. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal assevera que o pronunciamento de arquivamento, em regra, deve ser acolhido sem que se questione ou se entre no mérito da avaliação deduzida pelo titular da ação penal.** Precedentes citados: INQ nº 510/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, unânime, DJ 19.4.1991; INQ nº 719/AC, Rel. Min. Sydney Sanches, Plenário, unânime, DJ 24.9.1993; INQ nº 851/SP, Rel. Min. Néri da Silveira, Plenário, unânime, DJ 6.6.1997; HC nº 75.907/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, maioria, DJ 9.4.1999; HC nº 80.560/GO, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, unânime, DJ 30.3.2001; INQ nº 1.538/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, unânime, DJ 14.9.2001; HC nº 80.263/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, unânime, DJ 27.6.2003; INQ nº 1.608/PA, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, unânime, DJ 6.8.2004; INQ nº 1.884/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, maioria, DJ 27.8.2004; INQ (QO) nº 2.044/SC, Rel. Min.

**INQ 4243 / DF**

Sepúlveda Pertence, Plenário, maioria, DJ 8.4.2005; e HC nº 83.343/SP, 1ª Turma, unânime, DJ 19.8.2005. 6. **Esses julgados ressalvam, contudo, duas hipóteses em que a determinação judicial do arquivamento possa gerar coisa julgada material, a saber: prescrição da pretensão punitiva e atipicidade da conduta.** Constata-se, portanto, que apenas nas hipóteses de atipicidade da conduta e extinção da punibilidade poderá o Tribunal analisar o mérito das alegações trazidas pelo PGR. 7. No caso concreto ora em apreço, o pedido de arquivamento formulado pelo Procurador-Geral da República lastreou-se no argumento de não haver base empírica que indicasse a participação do parlamentar nos fatos apurados. 8. Questão de ordem resolvida no sentido do arquivamento destes autos, nos termos do parecer do MPF” (Inq 2341 QO, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 28/06/2007).

No caso dos autos, diante do lastro empírico existente nos autos, o pronunciamento do titular da ação penal é no sentido da inexistência de necessidade de deflagrar a persecução criminal. Ressalto, todavia, que o arquivamento deferido com fundamento na ausência de provas suficientes de prática delitiva não impede o prosseguimento das investigações caso futuramente surjam novas evidências (art. 18, CPP).

6. Considerando o arquivamento do feito quanto aos investigados Francisco Cândido de Melo Falcão e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, nenhuma autoridade com foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal subsiste no polo passivo do feito. Sendo assim, a declinação de competência é medida que se impõe, não sendo suficiente, para manutenção do trâmite processual perante esta Suprema Corte, a alegação de conexão dos fatos remanescentes com os fatos narrados nos autos de Inquérito 4325, em que se imputa aos acusados o crime de pertinência à organização criminosa.

Esta Suprema Corte tem entendimento jurisprudencial sumulado segundo o qual *não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados* (Súmula

**INQ 4243 / DF**

704 - STF). Essa dicção jurisprudencial, entretanto, não torna obrigatória a atração por continência ou conexão do processo de corrêu ao foro por prerrogativa de função. Ao contrário, *a atual jurisprudência do STF é no sentido de que as normas constitucionais sobre prerrogativa de foro devem ser interpretadas restritivamente, o que determina o desmembramento do processo criminal sempre que possível, mantendo-se sob a jurisdição especial, em regra e segundo as circunstâncias de cada caso, apenas o que envolva autoridades indicadas na Constituição* (AP 871 QO / PR PARANÁ, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma).

Assim, a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, sem renegar a Súmula 704, trata a hipótese de manutenção de corrêus sem prerrogativa de foro, ainda que presentes as hipóteses de conexão e continência, como excepcional, assentando ser o desmembramento, nos termos do art. 80, do Código de Processo Penal, a regra. Também nesse sentido: Inq 3802 AgR/MG (Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma); Inq 3014-AgR/PR (Rel. Min. Marco Aurélio, Pleno); Inq 3515-AgR (Rel. Min. Marco Aurélio, Pleno) e Inq 2903-AgR (Rel. Min. Marco Aurélio, Pleno).

Nessa linha, não depreendo motivo que justifique a permanência, perante esta Suprema Corte, que tem estrutura notoriamente limitada para instrução e tramitação de processos desta espécie, de feitos contra corrêus que não detêm foro por prerrogativa de função, também em detrimento da garantia constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXXVIII, da Constituição Federal).

7. Por fim, no que diz respeito ao levantamento de sigilo dos autos, como pontuei em várias hipóteses semelhantes, a Constituição Federal veda a restrição à publicidade dos atos processuais, ressalvada a hipótese em que a defesa do interesse social e da intimidade exigir providência diversa (art. 5º, LX), e desde que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação (art. 93, IX).

Percebe-se, nesse cenário, que a própria Constituição - em antecipado juízo de ponderação e iluminado pelos ideais democráticos e republicanos, no campo dos atos jurisdicionais -, prestigia o interesse

**INQ 4243 / DF**

público à informação. Acrescenta-se que a exigência de motivação e de publicidade das decisões judiciais integra o mesmo dispositivo constitucional (art. 93, IX), fato decorrente de uma razão lógica: ambas as imposições, a um só tempo, propiciam o controle da atividade jurisdicional tanto sob uma ótica endoprocessual (pelas partes e outros interessados), quanto extraprocessual (pelo povo em nome de quem o poder é exercido).

Logo, o Estado-Juiz, devedor da prestação jurisdicional, ao aferir a indispensabilidade, ou não, da restrição à publicidade, não pode se afastar da eleição de diretrizes normativas vinculantes levadas a efeito pelo legislador constitucional.

8. À luz do exposto: (i) acolho o pedido de arquivamento deduzido pelo Procurador-Geral da República em face de Dilma Vana Roussef, José Eduardo Cardozo, Francisco Cândido de Melo Falcão e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, em relação à apuração dos fatos que envolvem a nomeação do Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas para compor o Superior Tribunal de Justiça com a finalidade de embaraçar a “Operação Lava Jato”; (ii) determino o levantamento do sigilo deste inquérito; (iii) declino da competência para processar e julgar os fatos narrados na denúncia para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 6 de setembro de 2017.

**Ministro EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*